NOTA TÉCNICA¹

Restrições à importação de veículos elétricos: velha prática protecionista encarece e atrasa o país

NT 12/2025

Autor: Poder Executivo

ANÁLISE PRELIMINAR

O Governo Federal, por meio do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, [anunciou um cronograma de antecipação de julho de 2028 para janeiro de 2027](#) do prazo para **estabelecer uma alíquota de importação de 35% em veículos elétricos e híbridos**, alegando combater a competição injusta no mercado automobilístico. Esta redução de prazo foi um pedido de montadoras como Toyota, General Motors, Volkswagen e Stellantis, que se veem ameaçadas pela [entrada de aproximadamente 55 mil automóveis](#) da marca chinesa BYD.

A medida levanta uma séria preocupação com os rumos da política industrial e de mobilidade verde no país. A diminuição do prazo visa frear a entrada de modelos elétricos mais acessíveis ao consumidor brasileiro, sob o argumento de proteger a indústria nacional. Enquanto empresas estrangeiras com fábricas no Brasil seguem recebendo incentivos e isenções, novos competidores tecnológicos (mais baratos e sustentáveis) são sufocados por barreiras regulatórias cada vez maiores, o que vai na contramão da inovação, da concorrência justa, dos ganhos de produtividade e do incentivo à sustentabilidade.

ENTRAVES À LIBERDADE ECONÔMICA: Redução da criação de riqueza e inovação

A restrição à importação de veículos elétricos e híbridos, sob o argumento de proteger

empregos e a indústria nacional, cria reserva de mercado para empresas menos inovadoras, que se apoiam em barreiras comerciais para evitar concorrência. Como demonstramos em [Nota Técnica sobre Abertura Comercial](#) (2021), o protecionismo desestimula a eficiência, a modernização e a redução de preços, mantendo monopólios, atraso tecnológico e altos custos para o consumidor. No Brasil, esse tipo de medida frequentemente **favorece interesses políticos e empresariais específicos**, em detrimento da produtividade e da livre iniciativa.

Em nosso ambiente de negócios, a instabilidade regulatória compromete a credibilidade do país e afasta investidores. A melhor forma de mudar esse cenário é por meio de regulações claras, previsíveis e isonômicas, que forneçam segurança jurídica e abertura à concorrência, criando um ambiente favorável à modernização industrial.

EXEMPLOS DE SUCESSO: É preciso analisar o que funciona

Países como [Noruega](#) e [China](#) avançaram rapidamente na eletrificação da frota, com estratégias que combinam abertura comercial, segurança jurídica e estímulo à inovação. No caso europeu, houve redução de impostos e investimentos privados em infraestrutura de recarga, enquanto a China, mesmo protegendo indevidamente alguns setores, incentiva a competição entre fabricantes, garantindo preços mais acessíveis e acelerando a inovação tecnológica.

¹ O Livres **não interfere na estratégia política de líderes certificados**. A Nota Técnica analisa projetos em tramitação sob o prisma de valores liberais e das boas práticas de política pública.

Já no Brasil, a [BYD investiu na instalação de uma fábrica](#) na Bahia, ampliando a competição e estimulando a industrialização local. Os investimentos feitos pela empresa não só obrigaram suas concorrentes à [baixarem seus preços](#), como também estimulou a entrada de novas montadoras elétricas no Brasil. Um exemplo disso é a [marca chinesa JMEV](#), que anunciou carros elétricos mais baratos voltados para autoescolas. No entanto, [subsídios e benefícios fiscais](#) concedidos pelo governo às empresas apenas geram distorções no mercado.

IMPACTO AMBIENTAL: Taxação a veículos elétricos prejudica a busca a sustentabilidade

A mudança de cronograma do governo também **dificulta avanços na área ambiental**, em particular no combate às mudanças climáticas, fenômeno este que gera graves [consequências à sociedade como](#) o aumento de secas, enchentes e redução na produção de alimentos. Diferentes países têm adotado estratégias para diminuir os desequilíbrios ambientais, assinando tratados internacionais como o [Acordo de Paris](#), onde uma das ações centrais é a descarbonização de veículos.

As emissões de CO2 em meios de transporte respondem por cerca de [48% das emissões](#) totais, demonstrando a urgência de se expandir os veículos híbridos e elétricos no Brasil. Nessa perspectiva, a descarbonização contribuiria para a mitigação de impactos ambientais e melhoria da qualidade do ar. A transição energética também pode estimular a inovação tecnológica, criar empregos na cadeia de energia limpa e reduzir a dependência de importação de combustível fóssil.

O Brasil, com grande extensão territorial, rica biodiversidade e elevada capacidade produtiva,

tem razões estratégicas para investir nesta descarbonização. [Estudo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores \(2024\)](#) indica que há tendência de que os modelos híbridos e elétricos representem 40 a 55% das opções de mercado até 2040. Aliado a isso, a matriz elétrica brasileira também já é majoritariamente renovável - [superior a 80%](#). Ou seja, a medida anunciada pelo governo **vai no sentido contrário às recentes projeções e resultados**.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O anúncio da redução do prazo para elevação das alíquotas de importação para veículos elétricos e híbridos é um erro econômico, social e ambiental feito para proteger determinadas empresas do setor automobilístico. A restrição à entrada de carros elétricos e híbridos - modelos modernos e eficientes - prende os brasileiros de baixa e média renda a veículos poluentes e caros, ampliando desigualdades e atrasando a transição energética.

Por isso, o Livres propõe:

- A revogação do novo cronograma e o abandono do protecionismo econômico, com a adoção de uma política industrial ecológica, competitiva e integrada às cadeias globais.

CONTRIBUIÇÕES DE

Matheus Rocha

Analista de Relações Governamentais

Manuela Torres

Estagiária de Política do Livres